

A Crise da Ucrâniaⁱ

Reflexos para a defesa do Brasil

Luiz Eduardo Rocha Paiva*

Introdução

A Ucrânia vinha entabulando conversações para estabelecer um acordo de associação à União Europeia (UE), cujo acerto foi concluído em março de 2014. O processo que levou a tal desfecho foi extremamente conflituoso, envolvendo os EUA e a Rússia,

além dos atores já citados. O desdobramento previsível dessa associação é a futura incorporação da Ucrânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Na Figura 1, é destacada a região da crise.

O governo anterior da Ucrânia fora pressionado pela Rússia, ao longo de 2013, para desistir do acordo e aceitara a proposta do poderoso vizinho, mediante a promessa de compensações. Houve forte reação do segmento da população ucraniana de etnia não russa, que culminou com a deposição do então presidente Yanukovich por decisão do Congresso, após alguns meses de séria crise política com violentas manifestações de rua. Ficou patente a ingerência russa em apoio ao governo deposto e a dos aliados ocidentais — EUA e UE — a favor da oposição em sua escalada ao poder.

Na sequência, a Rússia não reconheceu o novo governo, promoveu a anexação da

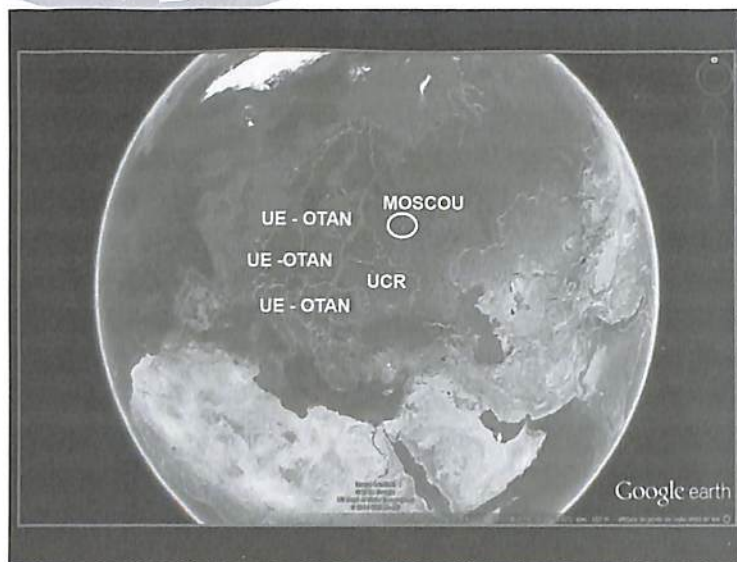


Figura 1 – Região da Crise

Fonte: Google Earth® (Internet)

* General de brigada da reserva; doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); possui Pós-Graduação Lato Sensu MBA Executivo do Exército Brasileiro – Especialização, na Fundação Getúlio Vargas; foi observador militar das Nações Unidas em El Salvador; possui o Curso de Estado-Maior na Escola Superior de Guerra do Exército Argentino; comandou o 5º Batalhão de Infantaria Leve (Regimento Itororó), em Lorena (SP); e comandou a ECEME, de onde é professor emérito. É membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e pesquisador do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

Crimeia e desestabilizou o leste da Ucrânia, apoiando veladamente grupos de etnia russa, parcela considerável da população naquela parte do país, em seus propósitos de separação e incorporação à Rússia. O objetivo principal dessa manobra não está claro se seria anexar o leste da Ucrânia ou coagi-la, por meio dessa ameaça, a reverter a adesão à UE ou, no mínimo, obter seu compromisso e dos aliados ocidentais de que ela não irá se incorporar à OTAN.

Este artigo pretende analisar a crise, a fim de concluir sobre o posicionamento ideal a ser adotado pelo Brasil e de identificar ensinamentos importantes para a defesa nacional, considerando a relação da defesa com interesses do Brasil nos demais campos do poder, que possam ser afetados pelo conflito.

Dados sobre a Ucrânia e a Rússia

A seguir, visando nivelar conhecimentos, são apresentados alguns dados da Ucrânia e da Rússia, entremeados por uma apreciação sobre suas forças armadas e poder militar relativo, respectivamente, para comparar e avaliar as consequências da herança industrial militar da antiga URSS.

Ucrâniaⁱⁱ

O país se tornou independente em 1991 e tem uma população de cerca de 46



Figura 2 – Mapa da Ucrânia com as principais cidades

Fonte: es.justmaps.org

milhões de habitantes, com 2,6 milhões na capital — Kiev. Outras cidades importantes são Kharkov, Dniepropetrovsk, Donetsk, Odessa e Lvov (Figura 2). Em 2012, o PIB era de US\$ 163 bilhões, com 66% em serviços, 18% em indústria e 16% em agricultura.

Da população, 73% são Ucrânianos, 22% são russos (concentrados ao Leste, onde são maioria em Donetsk e na Crimeia — Figura 3) e 5% pertencem a outras etnias, incluindo a tártara. A maioria segue a religião cristã ortodoxa, 10 milhões são grego-católicos, havendo minorias protestantes, católicas e judaicas. O idioma oficial é o ucraniano, mas também são falados o russo e o tártaro.

A superfície é de 603.700km² (pouco maior que o Estado de Minas Gerais), dividida em 25 regiões administrativa. A Crimeia tinha um estatuto especial com grande autonomia interna até ser incorporada à Rússia. Faz fronteiras terrestres ou fluviais com a Moldávia, Romênia, Hungria, Eslováquia, Polónia, Bielorrússia

rússia e Rússia, sendo banhada ao sul pelo Mar Negro e o Mar de Azov.

O relevo é plano, com algumas mesetas e planaltos, destacando-se no Sudoeste os Montes Cárpatos (máximo de 2.061m) e no Sul as montanhas da Crimeia (máximo de 1.545m). O clima é moderado e continental, e o solo se compõe de terras negras, estepes e semiestepes no Sul e bosques mistos ao Norte, ocupando 14% da superfície.

Os recursos naturais são petróleo, gás natural, minério de ferro, carvão, manganês, enxofre e grãos em terras férteis, daí ser chamada de “Celeiro da Europa”.

Os principais compradores de seus produtos são a Rússia (35%), seguida da Europa e da Ásia, estas últimas com o mesmo percentual (27%). Os principais exportadores para a Ucrânia são a Rússia (30%), a China (10%) e a Alemanha (9%).

As Forças Armadas da Ucrânia e da Rússia

O desequilíbrio de forças em favor da Rússia é flagrante (Figura 4). Embora o Exército ucraniano seja um dos mais fortes da Europa, grande parte de seu equipamento e armamento é de origem russa, vulnerabilidade agravada por não estar no estado ideal de manutenção, fruto da situação econômica do país. O poder relativo fica ainda mais favorável à Rússia não só pela situação de aprestamento das forças, mas também pelo grau de fidelidade a cada governo. A falta de coesão na Ucrânia foi agravada pelo andamento da crise política e pela presença de um forte contingente populacional russo, principalmente, na parte oriental do país. Não deve ser descartada a possibilidade de uma guerra civil entre facções

políticas que estão no poder e seus opositores, com apoio russo, havendo risco de esfacelamento da nação.

Por outro lado, existe um importante complexo industrial militar baseado na Ucrânia, herança da antiga URSS, que produz armamentos, aeronaves, navios, mísseis, foguetes e componentes

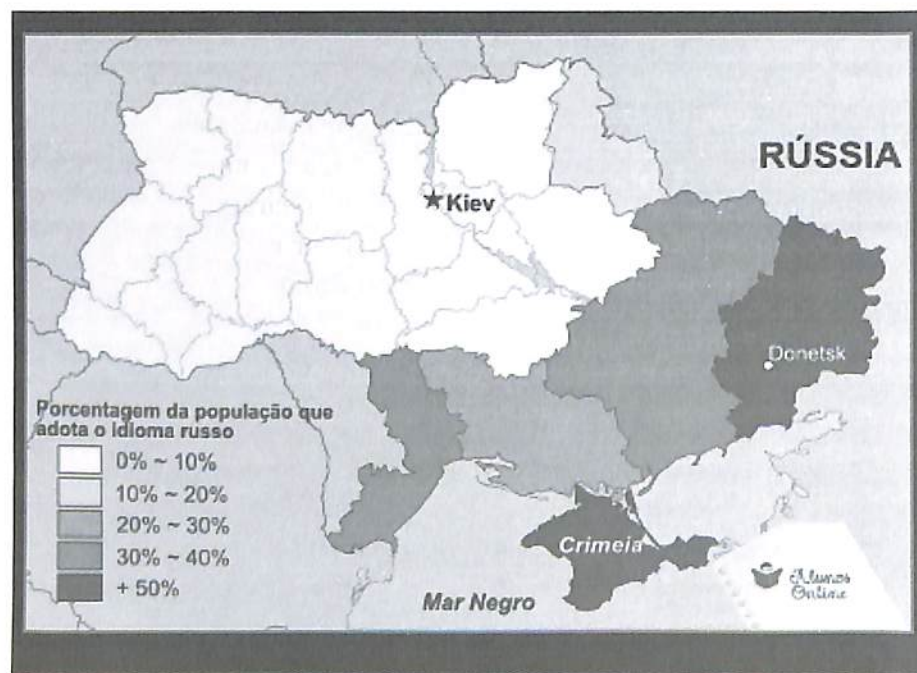


Figura 3 – Região de influência russa na Ucrânia

Fonte: www.bussolaescolar.com.br

PODER MILITAR	UCRÂNIA	RÚSSIA
EFETIVOS	130 mil	845 mil
TANQUES	1,1 mil	2,5 mil
CAÇAS	221	1,4 mil
FORÇA NAVAL	17	171*
* 25 no Mar Negro		

Figura 4 – Comparação do poder militar entre Ucrânia e Rússia
 Fonte: www.bbc.co.uk

para uma grande variedade de equipamentos russos de alto valor militar (MURMEL, 2014). A Rússia não produz alguns equipamentos ou parte de seus componentes ou os produz em quantidade insuficiente. Assim, o aparato criou laços de mútua dependência, pois 70% da produção são vendidos à Rússia e não interessam à OTAN, cujos equipamentos têm requisitos operacionais distintos, e a Ucrânia precisa dos recursos dessa venda para fazer face às suas graves carências financeiras. Por outro lado, a Rússia precisará de um tempo razoável para começar a fabricar em seu território o que obtém com a produção do país vizinho. Grande parte das indústrias concentra-se exatamente no leste, sudeste e sul da Ucrânia, onde se concentra o grande contingente populacional russo. A perda da Ucrânia para a UE e, futuramente, para a OTAN, levando todo esse aparato, é um dos motivos das pressões políticas, econômicas e militares, bem como do apoio de

Moscou aos movimentos separatistas na região oriental daquele país, mesmo com a ameaça de sanções econômicas e outras retaliações.

A cooperação militar tem vantagens indiscutíveis, mas pode ter consequências perigosas quando for entre uma potência muito superior e um vizinho mais fraco. Se a parceria trazer dependência ou comprometer a autonomia do mais poderoso na produção de equipamentos militares de valor estratégico, o mais fraco estará diante de permanente

ameaça de intervenção se houver um mútuo conflito por interesses importantes ou vitais.

Rússiaⁱⁱⁱ

A população é de cerca de 143 milhões de habitantes, com 11 milhões na capital — Moscou. Outras cidades importantes na região do conflito (fronteiras oeste e sudoeste) e no núcleo de poder russo são Rostov, Volgograd, Samara, Kazan, Nizhniy Novgorod, e São Petersburgo. O PIB é de cerca de US\$ 2 trilhões, com 60% em serviços, 36% em indústria e 4% em agricultura.

Da população, 82% são de etnia russa, e 18% de outras cem etnias, sendo os ucranianos e bielorrussos os grupos mais influentes. A maioria segue a religião cristã ortodoxa russa (80 milhões), havendo ainda católicos e protestantes, além de islâmicos, budistas e judeus. O idioma oficial é o russo, mas são falados outros cem idiomas na imensidão do país.

A superfície de mais de 17 milhões de km² é dividida em oito imensos distritos federais. As fronteiras russas na região do conflito e entorno estratégico são com a Estônia e Letônia, integrantes da OTAN, Bielorrússia, Ucrânia, Geórgia e Azerbaijão. O *enclave* russo de Kaliningrado, no litoral do Mar Báltico, faz fronteiras com a Lituânia e a Polônia. Ao Sul, a região é banhada pelos mares Negro, de Azov e Cáspio.

O relevo na região é plano, com vegetação baixa, sendo uma das maiores planícies do mundo — Planície do Leste Europeu. Ao sul, entre os mares Negro e Cáspio, eleva-se o Cáucaso na fronteira com a Geórgia e o Azerbaijão. O clima é temperado na planície e de montanha no Cáucaso.

Os principais recursos naturais são petróleo, gás natural, carvão, ferro e diversos minerais de alto valor estratégico, como urânio, alumínio, tungstênio, terras raras e titânio, entre outros. O país se destaca pelo desenvolvimento científico-tecnológico em setores estratégicos, que lhe garantem status de potência militar global.

Os principais parceiros comerciais da Rússia serão apresentados adiante, ao se tratar de suas relações como o Brasil.

O posicionamento do Brasil diante da crise

Para expressar uma opinião sobre a posição do Brasil diante da crise, convém avaliar o relacionamento do país com os principais atores envolvidos, ou seja, Ucrânia (com apoio dos EUA e UE) *versus* Rússia,

sem se restringir ao campo militar.

O Brasil não teve poder para influir de modo decisivo na condução de crises regionais, como ficou demonstrado em situações recentes em Honduras (2009) e Paraguai (2012), no entorno estratégico do país. Com muito mais razão, não o teria na questão da Ucrânia. Não foi incluído pelas potências globais quando tentou participar como interlocutor nas negociações entre o Irã e EUA e UE, na questão do desenvolvimento da energia nuclear pelos iranianos. Portanto, o Brasil tem um peso político limitado nos contextos regional e global.

As consequências de adotar uma posição em apoio à Rússia ou à Ucrânia devem ser consideradas no que tange ao custo-benefício econômico, no curto prazo, e também quanto aos aspectos geopolíticos, cujos resultados se dão a médio e longo prazo e poderão ter igual ou maior importância. Da mesma forma, não devem ser desprezados aspectos morais e legais inseridos na questão.

Relações Brasil-Ucrânia^{iv}

Em 2012, o Brasil foi destinatário de 0,5% das vendas da Ucrânia (US\$ 350 milhões), ocupando a 40ª posição entre os países compradores. As compras da Ucrânia ao Brasil correspondem a 0,7% de suas importações (US\$ 572 milhões), com o nosso país na 26ª posição entre os vendedores. O intercâmbio comercial cresceu 100% desde 2008, mas ainda é pequeno, com *superavit* de US\$ 175 milhões para o Brasil.

Para o mundo, os principais itens de exportação da Ucrânia são ferro e aço (22%), cereais (10%), gorduras/óleos (6%), veícu-

los para vias férreas e máquinas mecânicas (12%). Na pauta das importações brasileiras daquele país, os principais itens são adubos (60%), combustíveis (11%) e ferro e aço em geral (12,5%). Portanto, 71% de nossas importações não estão entre os principais itens de exportação da Ucrânia (ferro e aço).

Combustíveis (31%), automóveis, máquinas mecânicas e elétricas (23%), plásticos e produtos farmacêuticos (8%) lideram as importações ucranianas. As principais exportações brasileiras para a Ucrânia têm origem no agronegócio (70%), com ênfase no comércio de carnes, seguido da venda de aviões (21%). Assim, nossas exportações não estão entre os principais itens comprados pelo parceiro.

Com a crise, tem havido prejuízo no comércio, conforme a matéria a seguir:

BRASÍLIA – Com a crise na Ucrânia, as exportações do Brasil para aquele país tiveram uma redução de 60% nos dois primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2013. As importações recuaram 67% no mesmo período. [...] “A Ucrânia representa para o Brasil um mercado pequeno” [...] A representatividade da Ucrânia entre os mercados que compram a carne brasileira não é grande. [...] a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína divulgou nota informando que, desde outubro do ano passado, as vendas para o país vêm caindo. [...] não há sinal de reversão do cenário (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

Quanto a investimentos bilaterais, convém considerar o que se segue:

Não há registros nas estatísticas oficiais ucranianas de investimentos brasileiros na Ucrânia. Os ingressos de investimento direto da Ucrânia no Brasil, por sua vez, so-

maram cerca de US\$ 46 milhões, em 2012, segundo dados do Banco Central, e US\$ 1 milhão em 2013, no período de janeiro a abril. Em setembro de 2013, a Ferrexpo, empresa ucraniana focada na produção de pelotas de ferro, adquiriu participação de US\$ 80 milhões de dólares na mineradora brasileira “Ferrous Resource”, localizada no Estado de Minas Gerais. Trata-se da primeira grande expansão da companhia fora do leste da Europa, que confere à Ferrexpo ponto de apoio para fazer frente a sua principal concorrente em pelotas de ferro, a Vale. Há outros potenciais investimentos que merecem ser mencionados — a intenção da Indar, empresa farmacêutica ucraniana, de instalar filial no Brasil. A empresa ucraniana de turbinas para projetos energéticos, Zorya-Mashproekt, bem como a empresa do setor aeroespacial Yuzhnoye demonstraram interesse em instalar escritório de representação no Rio de Janeiro. [BRASIL, 2013(b)]

Um acordo estratégico sob os pontos de vista de distintas expressões do poder, com ênfase na militar e na científico-tecnológica, é o Programa Ucraniano-Brasileiro de Lançamento de Foguetes, a partir da Base de Alcântara (Maranhão), selado em 2003. À Ucrânia cabe a construção do foguete tipo Ciclone 4 (lançador de satélites), e ao Brasil, a do centro de lançamento, pois é o local do planeta que oferece as melhores condições técnicas e econômicas para colocar satélites em órbita. Dessa forma, espera-se que governos e empresas estrangeiras paguem pela utilização da base e do veículo lançador com retorno financeiro para o Brasil e a Ucrânia.

Entre outros críticos, há os que duvidam da viabilidade econômica e do retorno financeiro do acordo. Além disso, não está prevista a transferência de tecnologia de ve-

ículos lançadores, pois foram estabelecidas salvaguardas tecnológicas iguais às constantes em acordo semelhante com os EUA, abandonado no primeiro mandato do ex-presidente Lula.

A crise na Ucrânia e as dificuldades econômicas dos dois países colocaram em risco o futuro dessa iniciativa, na qual já foi investido cerca de R\$ 1 bilhão pelos parceiros. Se não for realizado o primeiro lançamento, já adiado para 2015, será mais um atraso no cada vez mais desacreditado Programa Espacial Brasileiro para desenvolver veículos lançadores de satélites.

Relações Brasil-Rússia^v

Em 2012, o Brasil foi destinatário de 0,4% das vendas da Rússia (US\$ 2,2 bilhões), ocupando a 33ª posição entre os países compradores. As compras da Rússia ao Brasil correspondem a 1% de suas importações (US\$ 3,3 bilhões), com o nosso país na 19ª posição entre os vendedores. O intercâmbio comercial reduziu-se em 25,7% de 2008 a 2012, com *superavit* de US\$ 350 milhões para o Brasil naquele ano.

A UE (Holanda, Alemanha e Itália) e a Ásia (China) são os maiores parceiros da Rússia, respectivamente com 45% e 24% das exportações e 34% e 30% das importações russas. O comércio da Rússia com a Ucrânia supera o brasileiro, pois esta última vende US\$ 17,3 bilhões (5,5%) e compra US\$ 13,9 bilhões (2,6%) da Rússia. Para fins de comparação com o Brasil, a Rússia responde por 25% das vendas da Ucrânia, ao passo que suas exportações correspondem a 32% das compras ucranianas, com ênfase em petróleo e gás. Ou seja é o seu maior parceiro

comercial, gerando forte dependência ucraniana. A redução do comércio entre esses contendores abrirá espaços para outros suprirem as necessidades de cada um.

Para o mundo, os principais itens de exportação da Rússia são combustíveis — petróleo, gás natural, hulhas — e energia elétrica (71%). Na pauta das importações brasileiras daquele país, os principais itens são adubos (60%) e combustíveis (14%), exatamente como ocorre com as importações brasileiras da Ucrânia.

Máquinas mecânicas e elétricas (29,5%) e automóveis (14,1%) lideram as importações russas. Mas as principais exportações brasileiras para a Rússia têm origem no agronegócio, com ênfase no comércio de carnes (51%), seguido das vendas de açúcar (24%) e fumo (7%). Assim, não estão entre os principais itens comprados pelo parceiro e se concentram em produtos do agronegócio, tal qual acontece com a Ucrânia.

Segundo a Sociedade Rural Brasileira, a crise poderá beneficiar as exportações nacionais, como prevê em matéria veiculada em 16/04/2014 no sítio SRB na Internet:

Do Brasil Econômico – A ameaça de sanções à Rússia por Estados Unidos e União Europeia, por causa da anexação da Crimeia ao território russo, pode abrir uma janela de oportunidades para o comércio Brasil-Rússia. Além da carne, carro-chefe das exportações brasileiras para a Rússia, outros produtos do agronegócio terão chances de ampliar sua participação naquele mercado. Caso as sanções se concretizem, o Brasil com certeza irá ajudar a completar o fornecimento de produtos que são importados desses países, especialmente os primários, afirma o superintendente da Câmara Brasil-Rússia, Gilmar

Menezes. Na opinião dele, os principais beneficiados serão as carnes congeladas de frango, porco e de boi, o que poderá representar aumento entre 15% e 20% da exportação atual. Dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) apontam que essa expansão já está ocorrendo: em março, o Brasil embarcou para a Rússia 11.620 toneladas de carne suína, um aumento de 28,08% ante março de 2013. No primeiro trimestre, a alta foi de 6,25%. Nesse período, Moscou liberou três frigoríficos até então embargados por questões sanitárias. (SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 2014)

Os investimentos bilaterais tiveram um mútuo e significativo incremento nos últimos cinco anos. As empresas brasileiras mais presentes têm sido a BRASIL FOODS, AB INBEV, JBS FRIBOI, METALFRIO, WEG, MARCOPOLO, EMBRAER e ANDRADE GUTIERREZ. A ênfase está no ramo da alimentação, mas há iniciativas também nas áreas industrial e de serviços. Os investimentos brasileiros em 2011 foram de US\$ 44 milhões e, até o terceiro trimestre de 2012, chegaram a US\$ 9 milhões. Os investimentos russos no Brasil concentram-se, por enquanto, em siderurgia, metalurgia, petróleo e gás, alcançando US\$ 6,6 milhões no período 2007-2011, não havendo registro em 2012. As principais empresas russas presentes no Brasil são a GAZPROM (petróleo e gás), MECHEL (mineração e metalurgia), MIR STEEL UK (siderurgia), POWER MACHINES (turbinas e geradores), SEVERSTAL (siderurgia), SODRUGESTVO GROUP (soja) e TNK-BP (petróleo) [BRASIL, 2013 (a)].

No campo da defesa, Brasil e Rússia desenvolvem acordos e projetos em conjun-

to, alguns em execução, como: o acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica na área de nanotecnologia; a obtenção dos sistemas de defesa antiaérea russos de curto alcance (Igla) e médio alcance (Pantsir S1 — contrato de US\$ 1 bilhão); a obtenção de helicópteros de ataque MI-35 com nove das doze unidades já entregues; o intercâmbio entre estabelecimentos de ensino; e a cooperação nos campos cibernético e aeroespacial. Existe ainda, como possibilidade, o desenvolvimento conjunto de um caça de 5ª geração.

Em outubro de 2013, o ministro da Defesa da Rússia visitou o Brasil e destacou o interesse russo em ampliar a cooperação militar com nosso país. A Voz da Rússia divulgou que o ministro

propôs aos colegas brasileiros também a cooperação nas questões de criação conjunta de satélites e no desenvolvimento de um programa cósmico especial de comunicação e de sondagem da superfície terrestre (VOZ DA RÚSSIA, 2013).

Conclusões parciais

A análise das relações comerciais, dos investimentos bilaterais e da cooperação militar e científico-tecnológica entre o Brasil e os atores centrais da crise permite concluir sobre o peso das consequências se adotarmos uma posição favorável a um dos contendores ou se mantivermos uma neutralidade *ativa*, postura que não é sinônimo de omissão, como será explicado adiante.

Com a Ucrânia, o intercâmbio comercial é pequeno e já está em queda com a crise, sem maiores reflexos para a economia nacional. Não há dependência mútua; portanto,

havendo retaliação em face de qualquer posicionamento adotado pelo Brasil, outros parceiros, inclusive a própria Rússia, poderiam substituir a Ucrânia. Até o momento, não foram adotadas restrições ao Brasil por nenhum dos parceiros.

O Brasil não tem investido na Ucrânia, e os investimentos desta no Brasil são importantes, particularmente para ela, considerando as restrições que lhe venham a ser impostas pela Rússia.

Quanto ao Programa de Lançamento de Foguetes, além do atraso do cronograma, seu futuro ainda é incerto. A Ucrânia sofrerá pressões contrárias aos interesses do Brasil e difíceis de superar, haja vista o agravamento de suas carências de recursos, os prejuízos na própria crise contra a Rússia e a ampliação de sua dependência econômica à UE e aos EUA, com a associação àquela União. Os EUA opõem-se ativamente ao Programa, por temor de que haja transferência de tecnologia e pelo fracasso do acordo tentado com o Brasil para usar a Base de Alcântara com a mesma finalidade.

Portanto, eventuais retaliações da Ucrânia não terão graves consequências para o Brasil, em face do patamar de nossas relações nos campos econômico, científico-tecnológico e militar. Além disso, se a Rússia, seu maior importador e exportador, lhe fechar as portas, ela precisará de outros parceiros para suprir as necessidades afetadas.

Com a Rússia, as relações comerciais são mais profundas, e as sanções impostas àquela potência pela UE e os EUA abrem oportunidades de serem ampliadas, des-

de que as sanções não sejam aprovadas na ONU. O *superavit* do Brasil com a Rússia é o dobro do que temos com a Ucrânia. Um posicionamento contra a Rússia afetaria nosso relacionamento no BRICS, embora os componentes do bloco ainda não constituam e dificilmente chegarão a compor uma aliança ou mesmo um pacto político-econômico. O Brasil poderia sofrer algumas pressões, mas elas não teriam graves consequências, pois os componentes do bloco são mais competidores do que parceiros em áreas importantes das relações internacionais, sendo limitado o leque de possibilidades de ação conjunta em temas de maior significado global.

Ao contrário da Ucrânia, a Rússia tem sido o destino de importantes investimentos do Brasil, com tendência a serem ampliados e diversificados. A Rússia, por seu lado, também demonstra interesse em aumentar seus investimentos no Brasil, tendência que se deve concretizar caso sofra sanções dos aliados ocidentais.

Na área militar, os acordos e perspectivas de projetos conjuntos são importantes, mas não alcançaram uma profundidade tal que impeça sua paralisação momentânea ou mesmo suspensão.

Convém destacar que os EUA e a UE deverão pressionar o Brasil para adotar uma postura contra a Rússia. Em outras crises internacionais, o Brasil sofreu pressões dessa natureza e demonstrou poder resistir ao alinhamento a um ator ou atores de um dos lados do conflito. Nessas oportunidades, as pressões não resultaram em retaliações ao país, pois ele apresenta atrativos de investimentos e negócios que estão acima do re-

torno político de uma tomada de posição. Na realidade, o Brasil não tem poder extrarregional para desempenhar um papel significativo fora do seu entorno estratégico (América do Sul, África Atlântica, Atlântico Sul e Antártida) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Dessa forma, os EUA e a UE sabem que o nosso posicionamento não será decisivo para os seus propósitos no atual conflito.

Finalizando, as consequências de um posicionamento do Brasil nessa crise poderão afetar as relações comerciais, os investimentos e a cooperação militar tanto com a Ucrânia quanto com a Rússia. Os prejuízos ao Brasil seriam maiores com as perdas diante de retaliações desta última, porém não seriam de tal monta que devessem condicionar a decisão sobre a conduta a ser adotada pelo país. As perdas poderiam ser compensadas com a diversificação de parceiros que substituíssem a Rússia ou a Ucrânia nas áreas afetadas por retaliações. Assim, é a geopolítica tradicional,^{vi} contextualizada à crise, que deve pautar o posicionamento do Brasil.

A Geopolítica no Neoimperialismo e a crise

Até o final da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo se caracterizava pela expansão das potências mediante a ocupação e anexação territorial e submissão política e econômica de regiões ou nações alvos. Grandes vazios de poder e países fracos conferiam significativa liberdade de ação e espaços para a expansão das potências sem entrarem em choque entre si em muitas situações. O contexto global era de

multipolaridade equilibrada e conflituosa entre os impérios europeus e, a partir do século XIX, os EUA e o Japão.

Hoje, há um neoimperialismo que prima pela projeção de poder político e econômico, respaldados pelo emprego da expressão militar, preponderantemente, de forma indireta. O propósito é controlar a exploração de recursos alheios e/ou manter presença em regiões de valor militar (geoestratégicas) por meio da dependência econômica, financeira e científico-tecnológica, culminando com a limitação da soberania de países alvos. Essa expansão pode se dar por meio de alianças ou acordos obtidos por convencimento, pressão, coação ou, em último caso, pela força das armas. A presença militar em regiões geoestratégicas permite estabelecer bases avançadas para dissuadir, ameaçar ou iniciar um conflito armado a partir de uma posição vantajosa. Isso é manobra estratégica militar; portanto, preparação prévia para um eventual conflito armado. Um exemplo desse propósito, relacionado com a crise ucraniana, é a pretensão dos EUA de estabelecerem um “Escudo de Mísseis” na Europa Oriental, após terem atraído para a OTAN a maioria dos países da antiga “Cortina de Ferro”. O pretexto, risível, para o mencionado escudo é a defesa da Europa ante um eventual ataque com mísseis pelo Irã. A Rússia sabe ser ela o alvo verdadeiro e, por isso, se opõe veementemente a tal iniciativa.

As potências que mais influem nas relações internacionais são, de um lado, os EUA e a UE, sob a liderança da França, Alemanha e Grã-Bretanha, aos quais se

soma o Japão; além desses estão Rússia, China e, como candidata, a Índia. Essas potências exercem poder regional, extrarregional e global; neste último caso, principalmente os EUA e, provavelmente, a China no futuro. Procuram manter esse *status*, o que exige um elevado consumo de recursos estratégicos e energia, disponibilidade de recursos financeiros e presença militar em áreas de valor geoestratégico. Isso implica projetar poder, física ou politicamente, em áreas regionais e globais e, ao mesmo tempo, limitar a presença de potências rivais ou a ascensão de novos competidores. Os países mais fracos, nas áreas de disputa, terminam por ter sua soberania limitada ou compartilhada e enfrentam óbices impostos ao seu desenvolvimento autônomo. A importância conferida a áreas

geoestratégicas de relevância apenas militar será bem caracterizada adiante, mas um exemplo evidente é o do Estreito de Gibraltar, sem nenhum valor econômico, mas de que a Grã-Bretanha não abre mão para a Espanha, por controlar a passagem entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

A crise da Ucrânia deve ser analisada no contexto do conflito que sucedeu a Guerra Fria após o colapso da URSS e o consequente enfraquecimento político-militar da Rússia. O período tem dois momentos marcantes. O primeiro foi o *tsunami* da aliança ocidental — EUA/OTAN e UE —, que fez desabar a preeminência da Rússia na Europa Oriental e Países Bálticos e a abalou fortemente no Cáucaso e na Ásia Central. Foi a “era Yeltsin”. O segundo momento marca a reação promovida na “era Putin”, equili-

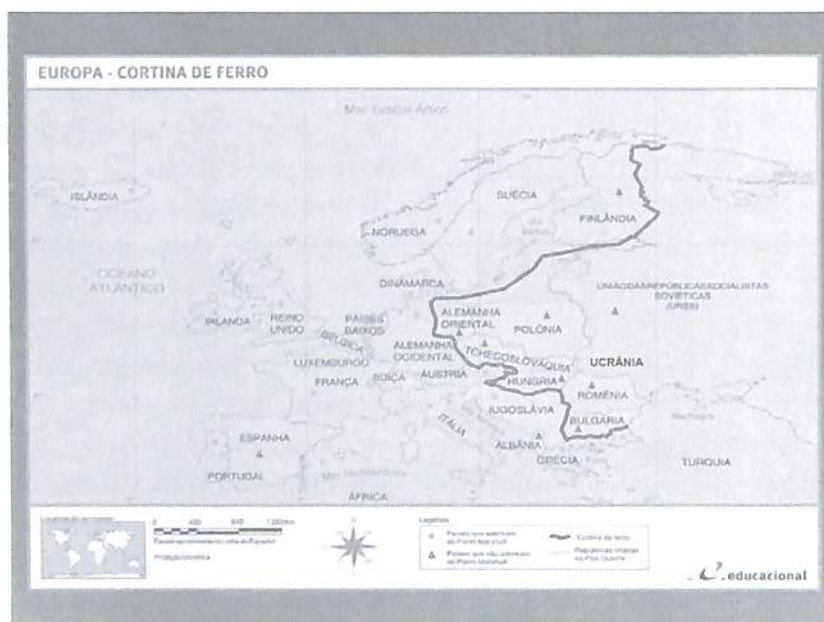


Figura 5 – Cortina de Ferro
Fonte: www.educacional.com.br

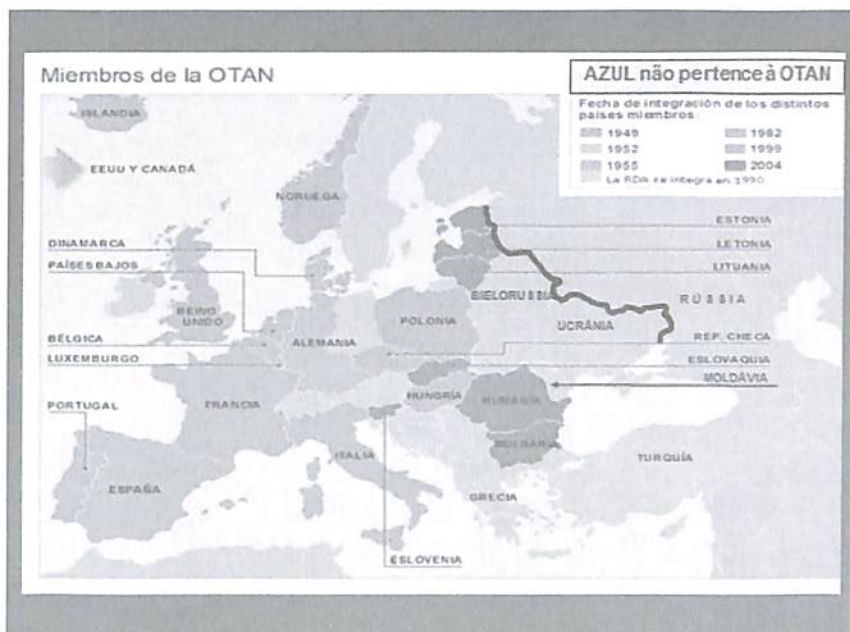


Figura 6 – Membros da OTAN (à esquerda da linha negra)

Fonte: iris.cnice.mec.es

brando o jogo no Cáucaso e na Ásia Central e tentando recuperar a preeminência russa em repúblicas da antiga URSS (Bielorrússia, Moldávia e Ucrânia), pois não conta mais com a “Cortina de Ferro” (Figura 5), nome do cordão de proteção na Europa Oriental, hoje ocupado pela OTAN (Figura 6).

Portanto, a crise é um desdobramento do perene conflito entre as potências globais e não uma novidade na geopolítica do poder. O que muda em determinados momentos é o grau de intensidade e a prioridade da aplicação das diferentes expressões — política, econômica, militar e psicossocial — por parte das principais potências e a presença eventual de atores em ascensão no contexto. Os conflitos do neoimperialismo não visam mais, *a priori*, à conquista de territórios, sua

ocupação permanente ou anexação. A reação das populações afetadas, empregando uma sofisticada guerra de quarta geração ou simplesmente a guerrilha e o terrorismo, tem cobrado um preço elevado, tornando pouco compensadora a ocupação prolongada de território alheio.

O objetivo político das potências ocidentais é colocar a Rússia numa situação de imobilidade estratégica diante da OTAN, na Europa, considerando que prevalecerá sua histórica rivalidade com a China e que a ameaça amarela nas fronteiras da Sibéria a tornará dependente do apoio ocidental para sua proteção. No momento, o efeito parece ter sido o inverso, pois a Rússia fechou um acordo de longo prazo com a China para a venda de petróleo e gás, a fim de diminuir sua dependência das compras

pela UE. Porém, há que se considerar que a economia na Sibéria está caindo sob controle chinês, a população russa na região gira em torno de apenas 10 milhões de habitantes, enquanto cresce a da China, e que a Sibéria será um celeiro de alimentos para bilhões de chineses altamente necessitados se for concretizado o aquecimento global.

Ao analisarmos o período do pós-Guerra Fria, constatamos uma extraordinária expansão da aliança ocidental, particularmente dos EUA, na Europa Oriental, Cáucaso, e Ásia Central, onde estavam praticamente ausentes quando ainda existia a URSS, bem como no Oriente Médio, onde já tinham preponderância. Portanto, os desdobramentos da crise da Ucrânia têm mostrado mais um avanço desses atores contra a Rússia, a qual teve alguns êxitos importantes, mas limitados (do tipo “ao menos isto”) na Crimeia e no leste da Ucrânia, este último ainda não definido em sua extensão.

Nessa crise não há anjos nem demônios

A importância da Ucrânia para a Rússia engloba aspectos políticos, econômicos, militares e psicossociais, neste caso por ser um dos berços da nação e do império russo, ao qual pertencia e continuou submetida durante a existência da URSS. Sua independência foi em 1991, embora tenha continuado sob forte influência russa.

No aspecto político, sem se julgar o mérito do processo usado e a clara ingerência dos EUA e da UE, o presidente

Yanukovich foi deposto por uma decisão interna e soberana da Ucrânia. À luz do Direito Internacional, a Rússia violou a soberania do país vizinho ao promover a anexação da Crimeia e estimular o movimento separatista nas regiões orientais, onde há uma grande população russa. Mas a questão não pode ser analisada com foco apenas no Direito Internacional. A crise mostrou mais uma vez que, se o interesse for importante ou vital, o mais forte imporá sua vontade na ausência de um poder ou aliança capaz de dissuadi-lo. Em suma, se tiver liberdade de ação para exercer o poder.

Ao longo da história, o núcleo político da Rússia tem sido invadido por vários povos e nações, pois a hidrografia e, principalmente, o relevo — a Oeste (entre os Cárpatos e o Mar Báltico), ao Sul (do Mar Negro para o Norte e o Leste) e entre o Mar Cáspio e os Montes Urais (passagem da Ásia) — não oferecem barreiras naturais de vulto, máxime diante da moderna tecnologia militar (Figura 7).

Desde os Países Bálticos, a OTAN já está a cerca de 900km de Moscou. Se a Ucrânia for incorporada à OTAN, essa aliança ficará apenas a cerca de 800km de Moscou, pelo Sul, e à mesma distância do Mar Cáspio. Diante de tão grave ameaça ao núcleo de poder russo e de bloqueio do vital suprimento de petróleo e gás do Cáucaso, o que faria Obama no lugar de Putin? (Figura 8)

Ainda lembrando a história, em 1961 os EUA apoiaram efetivamente a invasão da Baía dos Porcos em Cuba, para derrubar Fidel Castro. Houve violação de soberania. Fidel, com todo direito, buscou a proteção



Figura 7 – Relevo e Hidrografia

Fonte: sociales3eso.files.wordpress.com

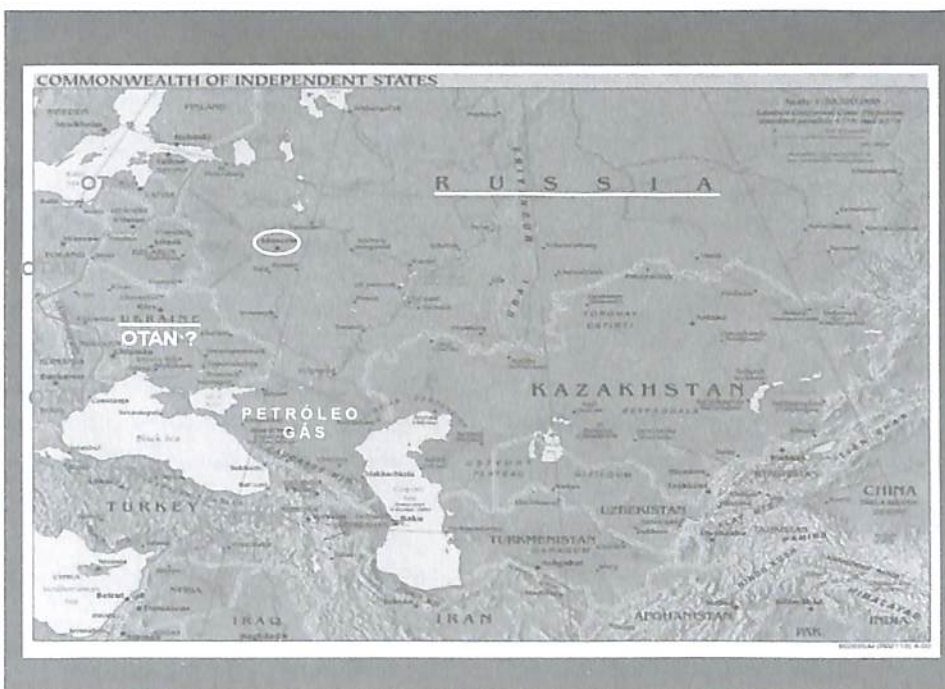


Figura 8 – Se a Ucrânia for Incorporada à OTAN

Fonte: www.lib.utexas.edu

da URSS, que a ofereceu em troca da instalação de mísseis com ogivas nucleares na ilha. Diante da ameaça direta ao seu território e da maior presença militar soviética em área de sua influência, os EUA reagiram com um ato de guerra — bloqueio naval de Cuba — com o nome fantasioso de “quarentena”, violando a soberania cubana mais uma vez. É evidente que não poderiam conviver com a ameaça daqueles mísseis! A URSS os retirou com a promessa dos EUA de jamais invadirem Cuba e de também retirarem seus mísseis da Turquia. Tinha plena consciência da mútua destruição consequente de um conflito nuclear, portanto, algo impensável. Por outro lado, sabia que um conflito convencional longe de seu centro de poder, em área marítima dominada pela armada mais poderosa do mundo seria derrota na certa.

Quanto à Ucrânia, os EUA também têm consciência do custo inaceitável de um conflito predominantemente terrestre e aéreo nas distantes estepes russas, próximo ao núcleo de poder do inimigo. A vitória seria algo incerto, e o resultado não seria compensador, além de enfraquecê-los diante da China, sua maior rival.

Nos dois casos, prevaleceram a segurança da potência ameaçada e o custo-benefício e não o Direito Internacional, inclusive o de soberania. Qual o respaldo moral para satanizar o líder russo? Como reagiria o Brasil se uma potência antagônica fizesse uso militar do território de um vizinho, podendo a partir dele causar danos irreparáveis ou invadir o nosso país?

A posição a adotar é matéria para artigo específico, embora um detalhe deva ser levado em alta conta desde já. No Brasil, desde 1991, governos sem visão estratégica

e reféns do peso eleitoral de formadores de opinião tomam decisões sob pressão internacional e criam condições objetivas para a limitação da soberania na Amazônia. A ingerência político-partidária na Política Externa enfraqueceu o Itamaraty como vanguarda da defesa nacional. Em algumas décadas, mantidas a segregação e desnacionalização da crescente população indígena brasileira, liderada por ONGs ligadas a cobiçosas potências globais, será pleiteada a criação de nações indígenas soberanas, podendo ser por meio de plebiscito, semelhante ao sucedido na Crimeia. Como de praxe, haverá a prévia satanização do Brasil, com apoio externo e interno, para dar embasamento moral à ingerência internacional.

Portanto, a posição do Brasil jamais poderá ser de apoio à Rússia na anexação da Crimeia, embora deva, também, reprová-lo expansionismo político-militar da OTAN, que ameaça a segurança russa e põe em risco a paz na região. Eis a neutralidade *ativa*! Coragem de tomar uma posição coerente com os interesses nacionais e a deixar clara para a comunidade global, nos aspectos que possam ser do conhecimento público, mantendo reserva no que for necessário. O alinhamento não pode ser com países fracos, potências ou alianças, mas sim com a própria Nação, sabendo combinar realismo, idealismo e pragmatismo com o devido equilíbrio. Só assim o Brasil será respeitado mundialmente.

Ensinaamentos da crise para a defesa do Brasil

Quando não há visão de futuro, decisões aparentemente boas para resolver pro-

blemas atuais podem ser, na realidade, erros estratégicos que darão origem a desastres ou, pelo menos, situações de extremo risco no porvir. Basta lembrar que foi Kruschew quem cedeu a Crimeia à Ucrânia em 1954. Do estudo dessa crise, podemos listar um rol de ensinamentos para a defesa do Brasil. Há quem possa considerá-los uma opinião visionária, pois muitos não entendem que o tempo estratégico não se conta por anos, mas por décadas. Existem ameaças potenciais ao Brasil perfeitamente perceptíveis aos que conhecem os ensinamentos históricos dos conflitos e como as potências globais atuam em suas disputas. Defesa não se improvisa, e a preparação para enfrentar desafios futuros deveria ter começado ontem. Com esse propósito, devem ser levados em alta conta os ensinamentos listados a seguir.

- A presença de uma grande população de etnia estrangeira em região pouco habitada por nacionais é um risco para a coesão de uma nação. A História é a mestra das lideranças e dos estadistas de visão. Os exemplos estão aí para ser considerados, não sendo isolado o caso da Ucrânia, cuja imensa população russa no Leste chega a ser majoritária na Crimeia e em Donetsk. Além desse exemplo, a perda do Acre pela Bolívia, a do Kosovo pela Sérvia, a do sul do Brasil pela Espanha para Portugal e outros tantos permitem concluir que: em um país onde determinada região rica seja um vazio de poder, sem população nacional, ocupada por população segregada e sob liderança alienígena, ligada a outras potências,

projeta-se um cenário de perda de soberania e integridade territorial a despeito do direito internacional. Este é o cenário desenhado na Amazônia, em Roraima, com potencial de expansão até o Amapá (calha norte do rio Amazonas).

- Um país precisa diversificar os parceiros e os itens de suas relações comerciais, a fim de não depender de potências globais ou de outros países, particularmente nos itens de maior relevância e complexidade tecnológica. Quanto menos autonomia, menor será a liberdade de ação, o que resulta em vulnerabilidade no jogo de poder das relações internacionais, mesmo nas negociações pacíficas. A cooperação militar entre o Brasil e as potências globais é necessária, pois autonomia total é inviável, ainda que deva ser buscada nos produtos de defesa de alto valor estratégico. Nenhum país chegará ao nível de potência mundial nem terá capacidade de dissuasão extrarregional sem ter indústria, pesquisa, inovação e desenvolvimento científico-tecnológico nacional e com grande autonomia, tanto no setor civil quanto no de defesa. As potências globais não querem a ascensão de novos rivais ao seu patamar de poder, portanto, impõem restrições ao desenvolvimento científico-tecnológico alheio e não irão repassar tecnologia de ponta para seus parceiros em acordos de cooperação militar.
- A cooperação militar entre um país e qualquer parceiro, particularmente

vizinho, deve ter como princípio evitar a dependência em termos de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos de maior valor militar. No tocante à produção dos que implicam *importação* de tecnologia, deve ser buscada a autonomia no mais curto prazo. A dependência da Rússia, ainda que parcial, do aparato industrial militar ucraniano é uma vulnerabilidade russa e, ao mesmo tempo, uma ameaça à Ucrânia, por ser vizinha daquela grande potência, que precisa garantir a provisão de produtos do mencionado aparato. A conclusão é a necessidade imperiosa de se ter uma indústria militar nacional de vulto.

- A existência de vizinhos cobiçosos e poderosos, a presença de potências antagonicas ou rivais em países vizinhos ou a aliança destes com tais potências são ameaças, particularmente quando houver um choque de interesses importantes ou vitais. O Brasil não tem vizinhos que o ameacem, mas a globalização trouxe potências como a China, a Rússia e a Índia para a América do Sul onde atores tradicionais como os EUA, UE e Japão já disputavam espaços conosco. Qual será a posição de nossos vizinhos em contenciosos entre o Brasil e tais potências? Será que serão atraídos por elas, haja vista terem poder militar, científico-tecnológico e industrial superiores ao nosso, algumas também com maior poder econômico? O Brasil deve ter especial atenção com Venezuela, Guiana e França, pois estão em nossa Faixa de Frontei-

ras mais exposta à ação de potências globais e da OTAN.^{xii}

- Todo país deve ser capaz de identificar ameaças concretas ou, se não existirem no presente, visualizar as ameaças potenciais no futuro. Assim diz a Política Nacional de Defesa quando define defesa nacional, mas a Estratégia Nacional de Defesa não as levantou. O Brasil deveria ter identificados: os interesses importantes ou vitais a defender; os atrativos que possui em recursos e riquezas; as regiões de relevância estratégico-militar; as potências que cobiçam esses recursos e tenham necessidade ou intenção de controlar essas áreas geoestratégicas; o poder nacional dessas potências, sua capacidade de empregá-lo contra o país e a liberdade de ação para fazê-lo; as áreas geográficas e outras dimensões do poder nacional onde a ameaça possa se concretizar; e as próprias vulnerabilidades para dissuadir ou agir contra o(s) oponente(s) potencial (ais). De posse desse conhecimento, o Brasil deveria desenvolver um Projeto Conjunto de Forças voltado para garantir a soberania, a integridade territorial e o patrimônio nacional. Tal projeto conjunto não existe.
- A disputa por recursos, espaços e poder entre potências é milenar e continuará pautando a relação internacional, seja em negociações pacíficas, seja em conflitos armados. Hoje, as disputas mais conflituosas não se dão na América do Sul, mas a globalização tornou o mundo pequeno, e a ten-

dência é sua expansão para o entorno brasileiro. Dessa forma, o país precisa estar preparado para fazer face a novos desafios e futuras ameaças, que vão exigir um elevado poder nacional, equilibrado em todas as expressões do poder, inclusive a militar. Para tanto, há que se reduzir o hiato significativo com as potências globais, algo só realizável se houver uma forte ruptura de tendências no tocante a investimentos em defesa, ciência e tecnologia e à necessária diversificação, fortalecimento e expansão da indústria nacional de valor estratégico.

Consideração Final

Desperta, Brasil! Já passou a hora de lembrar que: o direito da força prevalece sobre a força do direito nas relações internacionais (o direito é filho do poder); “entre outros males, estar desarmado significa ser desprezível” (Maquiavel); e “não se pode ser pacífico sem ser forte” (Barão do Rio Branco). Crises não surpreendem lideranças responsáveis e sociedades esclarecidas, pois são conscientes de que elas um dia virão e de que defesa não se improvisa. Infelizmente não é o caso do Brasil, único responsável pelo próprio futuro. 🌐

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Exportações do Brasil para a Ucrânia caíram 60% em dois meses. **InfoMoney**, São Paulo, 7 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/3228059/exportacoes-brasil-para-ucrania-cairam-dois-meses>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como exportar: Rússia**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013(a). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXRussia.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como exportar: Ucrânia**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013(b). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXUcrania.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **RÚSSIA: comércio exterior**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014(a). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDRussia.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **UCRÂNIA: comércio exterior**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014(b). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDUcrania.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

IMIGRANTES. Ucrânia: Portugal como destino. Disponível em: <<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2ucrania.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

MURMEL, Nicholle. Ucrânia: o indispensável complexo industrial militar para Moscou. **Defesa-Net**, Rio Grande do Sul, 27 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/15809/Ucrania---O-Indispensavel-Complexo-Industrial-Militar-para-Moscou/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Direcionamento estratégico do Exército para a defesa e projeção de poder do Brasil na Panamazônia. **Revista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, Brasília, jul. 2013. Disponível em: <www.eme.eb.mil.br/ceeex/revista>. Acesso em: 24 nov. 2014.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. Crise da Rússia com EUA e UE poderá ser boa para as exportações brasileiras. 16 abr. 2014. Disponível em: <http://www.srb.org.br/noticias/article.php?article_id=7348 (SRB)>. Acesso em: 24 nov. 2014.

UCRÂNIA - Portugal Como Destino. Sítio na Internet. Disponível em: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2ucrania.html>. Acesso em 24 Nov 2014.

VOZ DA RÚSSIA (Rádio). Cooperação da Rússia com Brasil e Peru: material bélico e intercâmbio de tecnologias. 21 out. 2013. Disponível em: <http://portuguese.ruvr.ru/2013_10_21/cooperacao-da-russia-com-brasil-e-peru-material-belico-e-intercambio-de-tecnologias-2296/>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ⁱ Este artigo foi elaborado para o Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, que autorizou a publicação na Revista *A Defesa Nacional*.

ⁱⁱ Fonte Principal: **IMIGRANTES**. Ucrânia: Portugal como destino. Sítio na Internet.

ⁱⁱⁱ Fontes Principais: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como exportar**: Rússia. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013; e BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **RÚSSIA**: comércio Exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014.

^{iv} .Fonte principal: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **UCRÂNIA**: comércio exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014. (dados referentes ao período 2008 - 2013).

^v Fonte principal: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **RÚSSIA**: comércio exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014a. (dados referentes ao período 2008-2013).

^{vi} Geopolítica *tradicional* – foco no Estado, território (espaço geográfico) e poder (ênfase no militar). Geopolítica *contemporânea* – amplia o foco para novas dimensões como a econômica, a social, a ambiental e outras.

^{vii} Ver PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Direcionamento estratégico do Exército para a defesa e projeção de poder do Brasil na Panamazônia. **Revista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército**. Brasília, jul. 2013. p. 10 a 25.